

Para OAB, forma da ação é inconstitucional

Presidente da Comissão de Direitos Humanos diz que pressão da PM restringe direito de ir e vir.

ROGERIO WASSERMAN

Especial para o Estado

O presidente da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil, Jairo Fonseca, disse ontem que considera inconstitucional a forma como está sendo conduzida a operação da Polícia Militar na área central da cidade.

"A Constituição garante o direito de ir e vir, e a presença da PM no centro faz pressão para que as pessoas abandonem a região", disse. Para ele, o objetivo da operação é positivo, mas há um lado negativo que "não compensa o preço a ser pago".

"As pessoas têm de ser abordadas por assistentes sociais e educadores de rua, e não pela polícia", disse. Para ele, a PM poderia servir de apoio à operação, acionada só em caso de necessidade.

Para Fonseca, um eventual fracasso da operação pode trazer prejuízos à imagem da Polícia Militar.

"Não adianta forçar essas pessoas a deixar o centro sem dar a

elas condições de emprego e moradia", disse. "Sem isso, elas vão voltar, por necessidade."

Métodos — O deputado estadual Renato Simões (PT), presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa, diz que vai propor uma audiência pública com os comandantes da PM, Claudionor Lisboa, e da Tropa de Choque, Carlos Alberto Camargo, para que eles expliquem os objetivos e métodos usados na operação.

"Nossa preocupação básica é garantir que a PM faça o policiamento ostensivo sem violar os direitos da população marginalizada", afirma o deputado.

Simões disse considerar a operação "de alto risco". "Defendemos a ação ostensiva da polícia, mas ela não pode partir de uma noção preconceituosa do que é pequeno delito e de quem são os agentes destes delitos."

Para o presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Estado de São Paulo, Bismael Batista de Moraes, o policiamento precisaria ser constante e presente em toda a cidade para dar resultados.

"O cidadão pode não ser assaltado no centro, mas vai ser assaltado no ponto final de seu ônibus pois no bairro não há policiamento", disse.

DEPUTADO
PEDE
EXPLICAÇÕES
DE MILITARES